

08/10/2013

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 106.074 PARANÁ**

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S)	: MARIA REGINA ZANFORLIN HUNGRIA
IMPTE.(S)	: RICARDO FERNANDES BERENGUER E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. LEI Nº 7.492/86, ARTS. 4º E 22, PARÁGRAFO ÚNICO. CRIME DE OCULTAÇÃO DE CAPITAIS. LEI Nº 9.613/98, ART. 1º, VI E VII C/C ARTIGO 1º, § 1º, II C/C ARTIGO 1º, § 2º, II C/C ARTIGO 1º, § 4º. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. LUGAR DA INFRAÇÃO. FINALIDADE: FACILITAR A ATIVIDADE PROBATÓRIA. CRIME CUJA EXECUÇÃO FOI INICIADA NO TERRITÓRIO NACIONAL. REGÊNCIA NO ART. 70, §§ 1º E 2º, DO CPP. CONEXÃO COM O DENOMINADO “CASO BANESTADO”. PREVENÇÃO DO JUÍZO ESPECIALIZADO DE CURITIBA/PR. INADMISSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. PRECEDENTES. COMPETÊNCIA TERRITORIAL: NATUREZA RELATIVA. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA JULGADA. MATÉRIA PRECLUSA. CONFLITO VIRTUAL DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZOS VINCULADOS A TRIBUNAIS DIVERSOS QUE SERIA DIRIMIDA PELO STJ, O MESMO QUE JÁ DEFINIU A QUESTÃO ASSENTANDO COMPETIR AO JUÍZO ESPECIALIZADO DE CURITIBA/PR PROCESSAR E JULGAR A PACIENTE. ORDEM DENEGADA.**

1. A competência territorial no processo penal é definida, em princípio, pelo local da infração, consoante o art. 70, *caput*, do Código de Processo Penal, *verbis*: “Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.”

2. A *ratio essendi* do art. 70 do CPP é proporcionar maior facilidade na

**HC 106074 / PR**

coleta do material probatório disponível, bem como a sua produção em juízo. Na lição da doutrina: *"Aqui, a maior preocupação da legislação ordinária é, pois, com a reconstrução da verdade processual, atentando-se sobremaneira à qualidade da instrução probatória e às regras atinentes e pertinentes à formação do convencimento judicial."* (Eugênio Pacelli de Oliveira, Curso de Processo Penal, 9. ed., Lumen Juris, Rio de Janeiro: 2008, p.220)

3. Com efeito, iniciada a execução do crime no território nacional, a consumação ocorrer no exterior, a competência é fixada segundo o lugar em que tiver sido praticado, no País, o último ato de execução. É o que dispõe o § 1º do art. 70 do CPP, *verbis*: *"Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução"*.

4. E, ainda quando praticado ato de execução remanescente no exterior, a lei processual penal prevê regra semelhante para determinar a competência, estabelecendo que esta observará o lugar em que o crime tenha produzido parcialmente seus efeitos (art. 70, § 2º, CPP, *verbis*: *"Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado"*).

5. *In casu*, imputa-se à paciente uma gama de delitos que englobam evasão de divisas, gestão fraudulenta de instituição financeira e ocultação de capitais no exterior, que se iniciaram no território nacional, sendo certo que a parte nuclear dos fatos imputados na denúncia ocorreu, conforme assentado pelo Juízo de Curitiba ao julgar a exceção de incompetência, no âmbito da filial em Foz do Iguaçu/PR do grupo INVEST SUL, controlador da empresa de fachada (*offshore*) Couchevel Investiment Inc., cuja conta no Banestado/NY era de titularidade da paciente.

6. Consectariamente, não há ilegalidade no acórdão do STJ, ora impugnado, no sentido de que a competência é da 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR em razão da prática dos últimos atos de execução no Brasil no âmbito do território sob a jurisdição daquele Juízo.

7. Outrossim, a eventual prática de outros atos de execução fora do

**HC 106074 / PR**

território paranaense não aproveitaria à paciente, porquanto conduziria à fixação da competência por prevenção, sendo certo que o primeiro juízo que tomou conhecimento dos fatos foi o da 2ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu/PR, no denominado “caso Banestado” cujas investigações originaram, mediante desmembramento, o inquérito que embasou a ação penal ajuizada contra a paciente.

8. No caso *sub judice*, o lugar das infrações não é desconhecido, situação que atrairia a competência em função do domicílio da paciente, por força do art. 72 do CPP, como pretendem os impetrantes.

9. A conexão probatória com o denominado “Caso Banestado” justifica a competência do Juízo especializado de Curitiba/PR. Precedentes: HC 93368, rel. min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ de 25/8/2011; HC 103510/PR, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, SEGUNDA TURMA, DJe 29/10/2009.

10. *In casu*, por reputarem existentes elementos concretos que indicassem a conexão probatória, tanto na denúncia, quanto na decisão da exceção de incompetência, restou configurada a competência por atração, visando à racionalização da apuração dos fatos. Revela-se, portanto, a existência da conexão probatória com contas investigadas no “Caso Banestado”.

11. Assentar, quanto aos fatos, conclusão diversa da assentada em três graus de jurisdição – pelo Juízo excepcionado, pelo TRF/4ª Região e pelo STJ – demandaria revolver o conjunto fático-probatório a fim de assentar que estes não teriam ocorrido em território paranaense ou que não haveria conexão, o que é inviável nesta via estreita. Precedente: HC 91158/PR, Rel. Ministra CÁRMEN LÚCIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 31/10/2007.

12. A competência territorial é relativa, prorrogando-se caso não seja ajuizada exceção de incompetência. Na lição da doutrina, “a competência relativa, ou territorial, é aquela que, como é intuitivo, pode ser flexibilizada ou, de modo mais simples, relativizada, dependendo do exame concreto de determinada relação processual e do interesse das partes envolvidas.” (Eugênio Pacelli de Oliveira, Curso de Processo Penal, 9. ed., Lumen Juris, Rio de

**HC 106074 / PR**

Janeiro: 2008, p. 221 – grifo adicionado)

13. Por isso que é cediço na Corte que “a decisão de exceção de incompetência relativa que rejeita a alegada incompetência do juízo, declarando-o competente ao afirmar a conexão hábil a manter o feito sob sua jurisdição, torna a matéria preclusa, mercê de eventual nulidade quanto ao critério territorial ser relativa. [...]” (HC 93368, rel. min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ de 25/8/2011)

14. No caso concreto, ajuizada a exceção de incompetência, e julgada esta improcedente, forçoso é concluir-se no sentido de que a matéria encontra-se preclusa.

15. A conduta do magistrado de Curitiba – que, ao receber os autos após a devolução pelo Juízo de São Paulo, criticou a atitude deste e afirmou que não suscitaria conflito de competência porquanto o incidente beneficiaria apenas o réu – não implica em reconhecer como correta a sua posição, mas poderia conduzir esta Corte a determinar que o Juízo de Curitiba suscitasse o conflito de competência que, por envolver Juízes vinculados a tribunais diversos (o de São Paulo ao TRF/3ª e o de Curitiba ao TRF/4ª), seria dirimido pelo STJ, o mesmo que já apreciou a questão em recurso ordinário e assentou a competência da 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR.

16. Parecer do MPF pela denegação da ordem.

17. Ordem DENEGADA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em denegar a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Senhor Ministro Luiz Fux, Redator para o Acórdão, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator.

Brasília, 8 de outubro de 2013.

**LUIZ FUX – Redator do Acórdão**

*Documento assinado digitalmente*

20/09/2011

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 106.074 PARANÁ**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: MARIA REGINA ZANFORLIN HUNGRIA</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: RICARDO FERNANDES BERENGUER E OUTRO(A/S)</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

### RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto a título de relatório as informações prestadas pela Assessoria:

A paciente foi denunciada e está sendo processada perante o Juízo da 3ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Estado do Paraná – Ação Penal nº 2002.70.00.078987-1 –, sendo-lhe imputada a participação na remessa ilegal de recursos monetários, via transferência, para bancos nas Ilhas Virgens Britânicas, com movimentação de cerca de trezentos milhões de dólares americanos.

A defesa arguiu a incompetência do Juízo, pois não seria possível indicar o local da infração penal, seja em face da multiplicidade de crimes supostamente praticados, cujos resultados teriam ocorrido em diferentes territórios, seja em razão da natureza dos eventos descritos na peça acusatória, que envolvem condutas perpetradas em diversas localidades, inclusive no exterior. Desse modo, cumpria invocar a aplicabilidade da regra supletiva de competência, dado que o critério estabelecido no artigo 70 do Código de Processo Penal – fixação da competência em razão do lugar da infração – não teria cabimento na espécie. Afirmou também ser inadmissível a fixação da competência com base na conexão entre diversos delitos – Código de Processo Penal, artigo 78, inciso II, alínea “a”: do lugar da infração à qual for cominada a pena mais grave

**HC 106.074 / PR**

–, porque o suposto crime de gestão fraudulenta diz respeito à empresa Courchevel Investments Inc., cuja sede se encontra fora do território brasileiro. Assim, a legislação nacional não teria aplicação porque os fatos se consumaram fora do País, na sede da empresa. Consignou que, em virtude da impossibilidade de conhecimento do real lugar da infração, a competência há de ser estabelecida em razão do domicílio da acusada, consoante dispõe o artigo 72 do Código de Processo Penal, devendo ser declarada a nulidade do ato mediante o qual foi recebida a denúncia, determinando-se a remessa do inquérito a uma das varas da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

Sustentou a inconstitucionalidade e a ilegalidade das varas especializadas para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e lavagem de dinheiro, alegando ofensa ao princípio do juiz natural. Pleiteou, então, que, acolhida a tese de inconstitucionalidade das resoluções que instituíram as varas especializadas e, se não admitida a competência em face do domicílio do réu, o processo fosse enviado ao Juízo da Primeira Vara Criminal da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, para a qual foi distribuído o inquérito antes do advento da Resolução nº 314 do Conselho da Justiça Federal e das Resoluções nº 20, nº 42, nº 56 e nº 63 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que dispõem sobre a especialização de varas da Justiça Federal.

O Juízo da 3ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Paraná julgou improcedente a arguição. Contra o referido ato, a defesa impetrou *habeas* no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que indeferiu a ordem. Assentou: a) tendo em conta os elementos colhidos na investigação no sentido de que várias remessas internacionais de dinheiro partiram de contas CC-5 mantidas no Brasil (em Foz do Iguaçu, onde situada uma das filiais da empresa), a competência nesse caso define-se pelo lugar em que foi praticado o último ato de execução em

**HC 106.074 / PR**

território nacional, nos termos do artigo 70, § 1º, do Código de Processo Penal; b) afigurando-se a conexão dos ilícitos com outros fatos em apuração sob a jurisdição paranaense, cabe o exame da ação penal à 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba, especializada no processo e julgamento dos referidos delitos; c) consoante jurisprudência do Supremo, é constitucional a especialização das Varas Federais Criminais. Ressaltou não haver nulidade a ser sanada no processo.

A defesa interpôs recurso ordinário em *habeas corpus* contra o referido acórdão, limitada a controvérsia à incompetência do Juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraná para conhecer e julgar a ação, sob o argumento de que os elementos colhidos durante a investigação criminal não conduziram à certeza quanto ao lugar da infração, para fins de fixação da competência do Juízo. Pretendeu-se, em razão dessa premissa, a declaração de nulidade dos atos praticados pelo Juízo Federal de Curitiba e a remessa do processo à Justiça Federal de São Paulo, domicílio da paciente. O Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* nº 25.163/PR foi distribuído à Ministra Laurita Vaz. Submetido o processo a julgamento pela Quinta Turma do Superior Tribunal, foi desprovido, sendo confirmados os fundamentos adotados pelo Tribunal Regional, no tocante à fixação da competência do Juízo tendo em conta o último ato praticado no Brasil.

Este *habeas* volta-se contra esse julgado. A defesa da paciente reitera as mesmas causas de pedir submetidas à apreciação das instâncias judiciais percorridas, relacionadas tão só à incompetência do Juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraná para conhecer a controvérsia. Requer a concessão de liminar no sentido de suspender a tramitação do Processo-Crime nº 2002.70.00.078987-1, em curso no Juízo da 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba, Estado do Paraná, até o julgamento final desta impetração. No mérito, nos termos dos artigos 72 e 78, inciso III, letra “a”, do Código de Processo

**HC 106.074 / PR**

Penal, busca seja determinada a redistribuição do processo-crime a uma das varas federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo e a declaração de nulidade de todos os atos praticados pelo Juízo incompetente.

O processo foi remetido à Procuradoria Geral da República, que se manifestou pelo indeferimento da ordem, pois, como explicitado nas instâncias judiciais antecedentes, os fatos delituosos teriam ocorrido primordialmente em Foz do Iguaçu, o que justifica a competência da 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba, especializada para o processo e julgamento dos crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro. Assim, não haveria como justificar o deslocamento do processo para São Paulo, tão somente em razão do domicílio da paciente.

Anoto ter sido encaminhada, por equívoco, a Vossa Excelência a proposta de envio do processo à Procuradoria Geral da República antes da apreciação do pedido de liminar.

Lancei visto no processo em 26 de agosto de 2011, liberando-o para ser julgado na Turma a partir de 6 de setembro seguinte, isso objetivando a ciência dos impetrantes.

É o relatório.



**20/09/2011****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 106.074 PARANÁ****VOTO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Os enfoques mostraram-se diversificados consideradas as atuações da Polícia, do Ministério Público e dos Juízos. Tudo teve início com a portaria mediante a qual o Delegado da Polícia Federal em missão especial na Coordenação-Geral de Repressão ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais, na Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, fez instaurar inquérito. Apontou, com base em laudo pericial, terem sido individualizados entes que se utilizaram, em larga escala, de contas de domiciliados no exterior (CC5), geralmente de titularidade de conhecidos laranjas, por meio das quais, em curto espaço de tempo, teriam promovido evasão de divisas com remessa fraudulenta de valores para o exterior. Afirmou que a cidade de Foz do Iguaçu/PR, ante a localização – divisa com o Paraguai –, foi ponto propício para a ocorrência de operações. Citou conta de titularidade de Courchevel Investments Inc. mantida na extinta agência do Banestado em Nova Iorque.

O Ministério Público em atuação na 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, em peça subscrita pelo Procurador da República Marcelo da Mota, preconizou a remessa do inquérito a uma das varas federais criminais de Curitiba. Fê-lo a partir da circunstância de promoção anterior, ao que tudo indica em outro inquérito, haver sido acolhida pelos Juízos da 1ª e da 2ª Varas Criminais da Justiça Federal em Foz do Iguaçu, mencionando uma megaoperação. O órgão judicante, após consignar nele tramitarem dez ações penais e 361 inquéritos envolvendo crimes contra o Sistema Financeiro Nacional atinentes às contas de domiciliados no exterior, aludiu à conexão com crime de gestão fraudulenta que teria sido consumado na matriz da instituição financeira situada em Curitiba. Então, declinou da competência.

**HC 106.074 / PR**

O Ministério Público Federal em atuação na 1ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Curitiba, mediante peça subscrita por cinco Procuradores da República, manifestou-se pelo reconhecimento da competência de uma das varas federais criminais de São Paulo para prosseguir nos atos próprios ao inquérito. Em síntese, haveria, de início, prática criminosa enquadrável no parágrafo único do artigo 22 da Lei nº 7.492/86:

Art. 22. Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País:

Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, a qualquer título, promove, sem autorização legal, a saída de moeda ou divisa para o exterior, ou nele mantiver depósitos não declarados à repartição federal competente.

Teve presente a circunstância de manter-se em depósito valores na cidade de Nova Iorque, não havendo provas do itinerário utilizado, de qual cidade teriam partido os valores. Evocou o disposto no artigo 72 do Código de Processo Penal, a revelar que, “não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu”.

O Juízo da Vara de Curitiba declinou da competência para a Circunscrição Judiciária de São Paulo. Esta, mediante ato do Juízo da 1ª Vara Criminal do Júri e das Execuções Penais vislumbrou que a evasão de divisas – crime investigado – teria resultado da atuação de bancos situados em Foz do Iguaçu e procedeu à devolução dos autos, indicando que, considerado o critério da especialização, seria competente o Juízo da 2ª Vara Criminal de Curitiba, conforme Resolução nº 20/03 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Então, veio à balha a decisão desse último Juízo, que contém trecho bastante sinalizador da situação jurídica:

Este inquérito é produto dessas investigações revelando que a empresa Investments Inc. mantinha conta-corrente de nº

**HC 106.074 / PR**

707-8 na agência do Banestado em Nova York, havendo registro de movimentações bancárias expressivas no ano de 1996/1997.

A decisão do Juízo Federal de São Paulo para onde o inquérito havia sido remetido é de todo lamentável, pois afigura-se muito mais razoável que a investigação se desenvolva no domicílio do titular da conta. Ademais, sequer se tem conhecimento preciso se o numerário que alimentou a referida conta teria partido somente de agências bancárias em Foz do Iguaçu.

De todo modo, entende este Juízo que seria algo irresponsável suscitar conflito de competência no presente caso tendo em vista que esta é relativa e o incidente agora só beneficiaria o eventual criminoso.

Assim e considerado que a referida agência era destino de boa parte de numerário enviado de forma ilícita ao exterior, há relevante suspeita sobre a licitude dos ativos e movimentações financeiras realizadas pela empresa.

Embora a empresa seja domiciliada no exterior, sócios ou representantes têm domicílio no Brasil.

Eis o quadro a sinalizar, no mínimo, seriíssimas dúvidas quanto à incidência da norma segundo a qual o curso do inquérito ou do processo revelador da ação penal deve ocorrer no lugar em que se consumar a infração. Vale notar que o preceito do artigo 70, que assim prevê, contém locução adverbial a flexibilizar essa espécie de fixação: “A competência será, de regra” – aqui está a locução adverbial –, “determinada pelo lugar em que se consumar a infração [...]”.

Observem consubstanciar princípio maior a óptica que viabiliza a defesa à exaustão. O mencionado artigo não se sobrepõe a aspectos que direcionam, tanto quanto possível, a desenrolar-se o inquérito ou ação no domicílio do envolvido ou do réu.

**HC 106.074 / PR**

Iniludivelmente, não ficou elucidado, até agora, de onde teriam partido os valores, o que atrairia a competência do domicílio dos réus, como vislumbrou o Juízo da 2ª Vara Criminal Federal de Curitiba, que acabou por aceitar a competência, muito embora lançando crítica ao Colega de São Paulo – “a decisão do Juízo Federal de São Paulo para onde o inquérito havia sido remetido é de todo lamentável ...” –, acabou por deixar em segundo plano o convencimento pessoal, aludindo que postura diversa poderia beneficiar o eventual criminoso. Reafirmo o que sempre digo: o órgão investido do ofício judicante, o Estado-Juiz, somente deve curvar-se à ciência e à consciência possuídas. Por isso não concebo, quando se está na seara própria à discussão, a cláusula da ressalva do convencimento pessoal. Pois, bem, veio à balha, no entanto, a denúncia e esta, apesar de bastante longa, revelando que quase todos os réus são domiciliados em São Paulo – exceto o sobrinho de um deles e o sexto réu, que seria gerente da filial da empresa, sediada em São Paulo, em Foz do Iguaçu –, resumiu o objeto da ação:

Os denunciados, de modo consciente, voluntário e reiterado, atuando como “doleiros” em território brasileiro, no qual tinham a sede dos negócios ilícitos: mantiveram depósitos no exterior não declarados à repartição federal competente através da empresa de fachada (*offshore*) COURCHEVEL INVESTMENTS INC.; fizeram operar, sem a devida autorização, e geriram, de modo fraudulento, instituição financeira, através da empresa de fachada (*offshore*) COURCHEVEL INVESTMENTS INC.; sonegaram informação devida para o fim de realizar operação de câmbio, através da empresa de fachada (*offshore*) COURCHEVEL INVESTMENTS INC.; promoveram, através da mesma empresa de fachada (*offshore*), sem autorização legal, a remessa de recursos para o exterior, e associaram-se, de maneira permanente e estável, em quadrilha, para o fim de cometer os crimes previstos nos artigos 4º, 16, 21, parágrafo único e 22, *caput* e parágrafo único, da Lei 7.492/86.

**HC 106.074 / PR**

A peça primeira da ação penal contém referências às práticas, forte na manutenção do numerário no exterior. Contém alusão a negócios desenvolvidos por meio da InvestSul, sediada em São Paulo, que teria filial na cidade de Foz do Iguaçu. Não há menção à circunstância de as remessas ao exterior terem ocorrido a partir de Foz do Iguaçu.

Esse contexto direciona à incidência do artigo 72 do Código de Processo Penal – ao contrário do que entendeu o Juízo de São Paulo e de forma harmônica, e aqui surge a incongruência, com o que assentado por aquele que, ressaltando o entendimento pessoal e criticando o Juízo de São Paulo, veio a admitir, nele próprio, o curso do inquérito. Concedo a ordem para restabelecer a competência da Circunscrição Judiciária Federal de São Paulo, do Juízo Federal da 1ª Vara Criminal, do Júri e das Execuções Penais desse Estado.

Para o caso de ser suplantada essa óptica, esclareço que não prospera o que articulado quanto à especialização da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba. É que, quando encaminhados os autos a esse Juízo, tinha-se tão somente o embrião da futura ação penal, ou seja, o inquérito, e se discutia o órgão competente para capitaneá-lo.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 106.074**

PROCED. : PARANÁ

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

PACTE.(S) : MARIA REGINA ZANFORLIN HUNGRIA

IMPTE.(S) : RICARDO FERNANDES BERENGUER E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Após o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator, que concedia a ordem de *habeas corpus*, pediu vista do processo o Senhor Ministro Luiz Fux. Falaram: o Dr. Damian Vilutis, pela Paciente, e a Dr<sup>a</sup>. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1<sup>a</sup> Turma, 20.9.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian  
Coordenadora

25/10/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 106.074 PARANÁ

**VOTO – VISTA**

PENAL E PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. LEI Nº 7.492/86, ARTS. 4º E 22, PARÁGRAFO ÚNICO. CRIMES DE OCULTAÇÃO DE CAPITAIS. LEI Nº 9.613/98, ART. 1º, VI E VII C/C ARTIGO 1º, § 1º, II C/C ARTIGO 1º, § 2º, II C/C ARTIGO 1º, § 4º. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. LUGAR DA INFRAÇÃO. FINALIDADE: FACILITAR A ATIVIDADE PROBATÓRIA. CRIME CUJA EXECUÇÃO FOI INICIADA NO TERRITÓRIO NACIONAL. REGÊNCIA NO ART. 70, §§ 1º E 2º, DO CPP. CONEXÃO COM O DENOMINADO “CASO BANESTADO”. PREVENÇÃO DO JUÍZO ESPECIALIZADO DE CURITIBA/PR. INADMISSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA NA VIA ESTREITA DO *HABEAS CORPUS*. PRECEDENTES. COMPETÊNCIA TERRITORIAL: NATUREZA RELATIVA. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA JULGADA. MATÉRIA PRECLUSA. CONFLITO VIRTUAL DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZOS VINCULADOS A TRIBUNAIS DIVERSOS QUE SERIA DIRIMIDA PELO STJ, O MESMO QUE JÁ DEFINIU

**HC 106.074 / PR**

**A QUESTÃO ASSENTANDO COMPETIR AO JUÍZO ESPECIALIZADO DE CURITIBA/PR PROCESSAR E JULGAR A PACIENTE. ORDEM DENEGADA.**

1. A competência territorial no processo penal é definida, em princípio, pelo local da infração, consoante o art. 70, *caput*, do Código de Processo Penal, *verbis*: “Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.”

2. A *ratio essendi* do art. 70 do CPP é proporcionar maior facilidade na coleta do material probatório disponível, bem como a sua produção em juízo. Na lição da doutrina: “Aqui, a maior preocupação da legislação ordinária é, pois, com a reconstrução da verdade processual, atentando-se sobremaneira à qualidade da instrução probatória e às regras atinentes e pertinentes à formação do convencimento judicial.” (Eugênio Pacelli de Oliveira, Curso de Processo Penal, 9. ed., Lumen Juris, Rio de Janeiro: 2008, p.220)

3. Com efeito, iniciada a execução do crime no território nacional, a consumação ocorrer no exterior, a competência é fixada segundo o lugar em que tiver sido praticado, no País, o último ato de execução. É o que dispõe o §

1º do art. 70 do CPP, *verbis*: “Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será



**HC 106.074 / PR**

*determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução”.*

4. E, ainda quando praticado ato de execução remanescente no exterior, a lei processual penal prevê regra semelhante para determinar a competência, estabelecendo que esta observará o lugar em que o crime tenha produzido parcialmente seus efeitos (art. 70, § 2º, CPP, *verbis*: “Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado”).

5. *In casu*, imputa-se à paciente uma gama de delitos que englobam evasão de divisas, gestão fraudulenta de instituição financeira e ocultação de capitais no exterior, que se iniciaram no território nacional, sendo certo que a parte nuclear dos fatos imputados na denúncia ocorreu, conforme assentado pelo Juízo de Curitiba ao julgar a exceção de incompetência, no âmbito da filial em Foz do Iguaçu/PR do grupo INVEST SUL, controlador da empresa de fachada (*offshore*) Couchevel Investment Inc., cuja conta no Banestado/NY era de titularidade da paciente.

6. Consectariamente, não há ilegalidade no acórdão do STJ, ora impugnado, no sentido de que a competência é da 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR em razão da prática dos últimos atos de execução no Brasil no

**HC 106.074 / PR**

âmbito do território sob a jurisdição daquele Juízo.

7. Outrossim, a eventual prática de outros atos de execução fora do território paranaense não aproveitaria à paciente, porquanto conduziria à fixação da competência por prevenção, sendo certo que o primeiro juízo que tomou conhecimento dos fatos foi o da 2ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu/PR, no denominado “caso Banestado” cujas investigações originaram, mediante desmembramento, o inquérito que embasou a ação penal ajuizada contra a paciente.

8. No caso *sub judice*, o lugar das infrações não é desconhecido, situação que atrairia a competência em função do domicílio da paciente, por força do art. 72 do CPP, como pretendem os impetrantes.

9. A conexão probatória com o denominado “Caso Banestado” justifica a competência do Juízo especializado de Curitiba/PR. Precedentes: HC 93368, rel. min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ de 25/8/2011; HC 103510/PR, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, SEGUNDA TURMA, DJe 29/10/2009.

10. *In casu*, por reputarem existentes elementos concretos que indicassem a conexão probatória, tanto na denúncia, quanto na decisão da exceção de incompetência, restou configurada a competência por atração, visando à racionalização da apuração dos fatos.

**HC 106.074 / PR**

Revela-se, portanto, a existência da conexão probatória com contas investigadas no “Caso Banestado”.

**11.** Assentar, quanto aos fatos, conclusão diversa da assentada em três graus de jurisdição – pelo Juízo excepcionado, pelo TRF/4ª Região e pelo STJ – demandaria revolver o conjunto fático-probatório a fim de assentar que estes não teriam ocorrido em território paranaense ou que não haveria conexão, o que é inviável nesta via estreita. Precedente: HC 91158/PR, Rel. Ministra CÁRMEN LÚCIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 31/10/2007.

**12.** A competência territorial é relativa, prorrogando-se caso não seja ajuizada exceção de incompetência. Na lição da doutrina, *“a competência relativa, ou territorial, é aquela que, como é intuitivo, pode ser flexibilizada ou, de modo mais simples, relativizada, dependendo do exame concreto de determinada relação processual e do interesse das partes envolvidas.”* (Eugênio Pacelli de Oliveira, Curso de Processo Penal, 9. ed., Lumen Juris, Rio de Janeiro: 2008, p. 221 – grifo adicionado)

**13.** Por isso que é cediço na Corte que *“a decisão de exceção de incompetência relativa que rejeita a alegada incompetência do juízo, declarando-o competente ao afirmar a conexão hábil a manter o feito sob sua jurisdição, torna a matéria preclusa, mercê de eventual nulidade quanto ao critério territorial ser relativa. [...]”*

**HC 106.074 / PR**

(HC 93368, rel. min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ de 25/8/2011)

**14.** No caso concreto, ajuizada a exceção de incompetência, e julgada esta improcedente, forçoso é concluir-se no sentido de que a matéria encontra-se preclusa.

**15.** A conduta do magistrado de Curitiba – que, ao receber os autos após a devolução pelo Juízo de São Paulo, criticou a atitude deste e afirmou que não suscitaria conflito de competência porquanto o incidente beneficiaria apenas o réu – não implica em reconhecer como correta a sua posição, mas poderia conduzir a esta Corte a determinar que o Juízo de Curitiba suscitasse o conflito de competência que, por envolver Juízes vinculados a tribunais diversos (o de São Paulo ao TRF/3ª e o de Curitiba ao TRF/4ª), seria dirimido pelo STJ, o mesmo que já apreciou a questão em recurso ordinário e assentou a competência da 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR.

**16.** Parecer do MPF pela denegação da ordem.

**17.** Ordem DENEGADA.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX:** O que se pretende neste *writ* é o reconhecimento da ilegalidade do acórdão da 5ª Turma do Superior Tribunal Justiça que negou provimento ao RHC nº 25.163, cuja ementa é a seguinte, *verbis*:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS . CRIMES DE QUADRILHA, LAVAGEM DE DINHEIRO E CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. COMPETÊNCIA*

**HC 106.074 / PR**

ESTABELECIDADA EM RAZÃO DO LOCAL DA INFRAÇÃO. CONEXÃO PROBATÓRIA. POSTERIOR REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO À VARA ESPECIALIZADA. LEGALIDADE. FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA PELO DOMICÍLIO DA RECORRENTE. DESCABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A competência em processo penal é determinada pelo lugar em que se consumou o crime e, quando iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, como no caso, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.

2. Uma vez que a exordial acusatória imputa à recorrente a prática de operações de câmbio e remessas de divisas ao exterior irregulares por meio de instituições financeiras sediadas em Foz do Iguaçu, a competência para o processamento e julgamento do feito, inclusive diante de reconhecida conexão probatória, é do MM. Juízo da 3.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal de Curitiba/PR, especializada em crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro na Seção Judiciária do Paraná.

3. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

4. Recurso desprovido.

Consta nos autos que o inquérito que apurou os fatos objeto da ação penal ora taxada de nula, por vício de incompetência, tramitou perante cinco juízos diferentes: a) 2.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu/PR, de onde começaram as investigações e, ante desmembramento, originou outros 136 inquéritos policiais; b) 1.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu/PR (um dos inquéritos desmembrados); c) 1.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal de Curitiba/PR, para onde foi remetido ante o critério qualitativo (crime mais grave); d) Subseção Judiciária de São Paulo/SP (domicílio da paciente), para onde foi remetido ante a suposta incerteza quanto ao local da infração; e) 2.<sup>a</sup> Vara Criminal Federal de Subseção de Curitiba/PR, uma vez que o inquérito foi devolvido àquela Subseção, porquanto a evasão de divisas teria ocorrido em instituições financeiras e agências de câmbio situadas em Foz do Iguaçu/PR e aquela Vara já

**HC 106.074 / PR**

encontrava-se especializada para delitos contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem de capitais.

Por fim, em razão da Resolução nº 42/2006, do TRF da 4ª Região, os autos foram novamente redistribuídos, desta feita à 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba, onde a denúncia restou recebida contra a paciente e corréus pelos crimes previstos nos artigos 4º e 22, § único, da Lei nº 7.492/86 (gestão fraudulenta de instituição financeira e manutenção irregular de depósitos no exterior), e no artigo 1º, VI e VII c/c artigo 1º, §§ 1º, II, § 2º, II e § 4º, todos da Lei nº 9.613/98 (Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores), *verbis*:

Dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional

Art. 4º Gerir fraudulentamente instituição financeira:

Pena - Reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos, e multa.

[...]

Art. 22. Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País:

Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, a qualquer título, promove, sem autorização legal, a saída de moeda ou divisa para o exterior, ou nele mantiver depósitos não declarados à repartição federal competente.

Dos Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

VI - contra o sistema financeiro nacional;

VII - praticado por organização criminosa.

Pena: reclusão de três a dez anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes

**HC 106.074 / PR**

de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo:

II - os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

II - participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.

§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, nos casos previstos nos incisos I a VI do caput deste artigo, se o crime for cometido de forma habitual ou por intermédio de organização criminosa.

A paciente ajuizou exceção de incompetência perante o Juízo da 3ª Vara Criminal de Curitiba/PR, alegando que competente seria a Subseção Judiciária de São Paulo/SP, a qual foi julgada improcedente, porquanto os atos que implicaram evasão de divisas e gestão fraudulenta teriam ocorrido no âmbito da filial de Foz do Iguaçu do Grupo Invest Sul DTVM, controlador da *offshore* Couchevel Investments Inc, da qual a paciente era uma das representantes. Além disso, a competência seria da Subseção de Curitiba/PR, especificamente da 3ª Vara Criminal Federal, especializada em crimes dessa natureza com jurisdição em todo o território paranaense, por conexão probatória com o “Caso Banestado”, porquanto *“os fatos investigados na ação penal são decorrentes do desmembramento das investigações realizadas”* no mesmo.

Daí a impetração de *habeas corpus* perante o TRF que, denegado, ensejou a interposição do recurso ordinário perante o STJ, alfim desprovido.

Nesta impetração, impetrante alega, em síntese, a incompetência do Juízo Federal de Curitiba/PR para processar a paciente, porquanto a competência deveria ter sido fixada em função do seu domicílio (São Paulo/SP), nos termos do art. 72 do CPP (*“Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu”*), uma

**HC 106.074 / PR**

vez que incerto o lugar das infrações imputadas.

Aduz ser aplicável ao caso o critério qualitativo, pelo qual a competência deveria ser fixada de acordo com o local em que supostamente praticado o delito mais grave – gestão fraudulenta de instituição financeira (art. 4º da Lei nº 7.492/86) –, na forma do art. 78, II, “a”, do CPP, *in verbis*:

Art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras: (Redação dada pela Lei nº 263, de 23.2.1948)

[...]

II - no concurso de jurisdições da mesma categoria: (Redação dada pela Lei nº 263, de 23.2.1948)

a) preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave; (Redação dada pela Lei nº 263, de 23.2.1948)

Assim, se o referido delito foi imputado aos gestores da pessoa jurídica Invest Sul DTVM, cuja sede seria em São Paulo/SP, incompetente o Juízo Federal de Curitiba/PR.

Sustenta que não foi demonstrada “*com quais ações existe a conexão e quais são os fatos que podem influir na prova de outra infração*”, afirmando que, mesmo em caso de conexão probatória, a competência deveria ser fixada também pelo critério qualitativo do art. 78, II, “a”, do CPP (local onde teria ocorrido a prática do delito mais grave).

Ressalta, ainda, que “*a fixação da competência no domicílio dos acusados atende ao princípio da celeridade processual*”.

Requer a concessão da ordem para que seja determinada a remessa dos autos à Subseção Judiciária de São Paulo/SP, anulando-se todos os atos praticados pelo Juízo da 3ª Vara Criminal de Curitiba/PR.



**HC 106.074 / PR**

O parecer do Ministério Público é pela denegação da ordem.

Na assentada em que teve início o julgamento deste *habeas corpus*, o Ministro Marco Aurélio, relator, votou pela concessão da ordem “*para restabelecer a competência da Circunscrição Judiciária Federal de São Paulo, do Juízo Federal da 1ª Vara Criminal, do Júri e das Execuções Penais desse Estado.*”

É o relato. Passo a votar.

A questão posta neste *habeas corpus* resume-se a definir se a Subseção Judiciária de São Paulo/SP detém competência para julgar o processo-crime contra a paciente, porquanto: a) lugar das infrações penais é incerto e, conseqüentemente, a competência deveria ser definida em função do domicílio da paciente (art. 72 do CPP, *verbis*: “*Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu*”); b) havendo conexão, deve-se adotar o critério qualitativo (em função do local do delito mais grave).

No processo penal, a competência territorial é definida, em princípio, pelo local da infração, consoante o art. 70, *caput*, do Código de Processo Penal, *verbis*: “*Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.*”

A *ratio essendi* desse dispositivo reside em proporcionar maior facilidade na coleta do material probatório disponível, bem como a sua produção em juízo. Na lição doutrinária de Eugênio Pacelli de Oliveira:

Aqui, a maior preocupação da legislação ordinária é, pois, com a reconstrução da verdade processual, atentando-se sobremaneira à qualidade da instrução probatória e às regras atinentes e pertinentes à formação do convencimento judicial.

Por isso, compreensivelmente, a primeira regra processual

**HC 106.074 / PR**

de determinação da competência é justamente o *lugar da infração* (competência *ratione loci*). (Curso de Processo Penal, 9. ed., Lumen Juris, Rio de Janeiro: 2008, p.220)

Com efeito, há regra específica para os casos em que a execução do crime seja iniciada no território nacional, mas a infração restar consumada no exterior: a competência é fixada segundo o lugar em que tiver sido praticado, no País, o último ato de execução. É o que dispõe o § 1º do art. 70 do CPP, *verbis*: “*Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução*”.

E, ainda quando praticado ato de execução remanescente no exterior, a lei processual penal estabelece regra semelhante para determinar a competência, estabelecendo que esta observará o lugar em que o crime tenha produzido parcialmente seus efeitos (art. 70, § 2º, CPP, *verbis*: “*Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado*”.

*In casu*, imputa-se à paciente uma gama de delitos que englobam evasão de divisas, gestão fraudulenta de instituição financeira e ocultação de capitais no exterior, que se iniciaram no território nacional, sendo certo que a parte nuclear dos fatos imputados na denúncia ocorreu no âmbito da filial em Foz do Iguaçu/PR da Invest Sul DTVM, grupo controlador da Couchevel Investments Inc., na qual a paciente figura como uma das gestoras. Confira-se o que consignado pelo Juízo na decisão mediante a qual julgou improcedente a exceção de incompetência, *in litteris*:

Contudo, em exame perfunctório da exordial acusatória, verifica-se que alguns dos atos, em tese, irregulares – operações com cambio e promoção de remessas de divisas ao exterior, além de mantê-las ilegalmente no estrangeiro – foram perpetrados na filial da Invest Sul DTVM, que controla a Couchevel Investments Inc, localizada em Foz do Iguaçu. A propósito, veja-se o seguinte trecho da denúncia: ‘(...) Cumpre

**HC 106.074 / PR**

ressaltar que outras investigações realizadas, bem como a análise detida nos autos, demonstram que a Couchevel em todo o tempo foi controlada e gerida pelo Grupo Invest Sul DTVM, sob orientação e com a participação dos denunciados, conforme se passa a expor.(...).

(...)Além de outras transações financeiras em que constam como ordenantes a própria Invest Sul, que aparece em inúmeras delas com a designação “INVEST SUL FOZ”, conforme discriminativo a segui anexa a título exemplificativo. Isso demonstra que a filial de Foz do Iguaçu, gerenciada pelo denunciado Roberto Klein, teve ampla participação no esquema delituoso aqui narrado, valendo-se das peculiaridades da região fronteiriça para captação de clientela e consequente prática dos crimes descritos na presente denúncia.(...)

Assim, considerando que alguns dos atos de gestão fraudulenta a que se refere a denúncia foram praticados no âmbito da filial da Invest Sul de Foz do Iguaçu/PR, este Juízo Federal é competente para julgamento dos fatos investigados. Em tal espécie delituosa, a competência não há de ser fixada necessariamente pelo local da sede da empresa, pois os atos que a caracterizam podem ser praticados em local diverso, como o foram no caso concreto. Com efeito, não haveria sentido em processar a ação penal em local absolutamente desvinculado daquele onde o fato ilícito foi perpetrado e gerou seus efeitos. [...] (fls. 575-576)

Consectariamente, não há ilegalidade no acórdão do STJ, ora impugnado, no sentido de que a competência é da 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR em razão da prática dos últimos atos de execução em território nacional no âmbito do território sob a jurisdição daquele Juízo.

Outrossim, a eventual prática de outros atos de execução fora do território paranaense não aproveitaria à paciente, porquanto conduziria à fixação da competência por prevenção, sendo certo que o primeiro juízo que tomou conhecimento dos fatos foi o da 2ª Vara Federal Criminal de

**HC 106.074 / PR**

Foz do Iguaçu/PR, no denominado “caso Banestado” cujas investigações originaram, mediante desmembramento, o inquérito que embasou a ação penal ajuizada contra a paciente.

De qualquer forma, de todo descabido seria considerar, como pretendem os impetrantes, que o lugar das infrações é desconhecido, o que atrairia a competência em função do domicílio da paciente, por força do art. 72 do CPP.

Aliás, ainda que assim não fosse, a conexão probatória com o denominado “caso Banestado” seria mais um motivo para manter-se a competência da 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR, conforme consignado pelo próprio Juízo, *in verbis*:

Acrescento ainda que, no caso, há liame instrumental, a amparar a manutenção, por ora, do feito sob este Juízo.

Como reza o CPP no art. 76, III, a competência será estabelecida em razão da conexão quando o conjunto probatório de uma infração for determinante na prova de outra. Nestes casos, tratando-se de jurisdições de mesma categoria, será firmada segundo o lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave (art. 78, II, a) e não sendo possível determinar, pelo critério da prevenção (art. 78, II, c).

Compulsando os autos, verifica-se que, de fato, o Ministério Público, ainda na fase inquisitorial, manifestou-se pela remessa dos autos ao Juízo de São Paulo/SP, considerando incerto o lugar das infrações, competente seria o foro do domicílio dos acusados.

No entanto, os fatos investigados na ação penal são decorrentes do desmembramento das investigações realizadas no caso Banestado, no qual constatou-se a existência de 137 contas correntes para as quais foram remetidas ilegalmente vultosas quantias, em esquema de evasão de divisas. Dentre essas 137 contas, averiguou-se a conta mantida na agência do Banestado Nova Iorque, de titularidade da *offshore* Couchevel

**HC 106.074 / PR**

Investiments Inc.

Devido à apuração dos fatos denunciados na ação penal ter sido realizada em decorrência do IPL nº 2003.70.00.030333-4 instaurado neste Estado, que tramitou perante a 2ª Vara Federal Criminal desta Capital, bem como de alguns fatos conexos já terem sido denunciados naquele Juízo, em conformidade com o disposto no artigo 76 do CPP competente esse Juízo para o julgamento dos fatos investigados.

Ressalto que os presentes autos foram distribuídos inicialmente perante aquele Juízo e forma redistribuídos a este por força da Resolução nº 42/2006 do TRF 4ª Região. (fls. 576-577)

Por reputarem existentes elementos concretos que indicassem a conexão probatória, tanto na denúncia, quanto na decisão de recebimento, na sentença do juízo do primeiro grau, e na decisão da exceção de incompetência, restou configurada a competência por atração, **visando à racionalização da apuração dos fatos**. Revela-se, portanto, a existência da conexão probatória com contas investigadas no “Caso Banestado”. Esta Corte já enfrentou a questão ora em debate, tendo assentado que a conexão probatória com o denominado “Caso Banestado” justifica a competência do Juízo especializado de Curitiba/PR. Confirmam-se os seguintes precedentes:

Ementa: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. LEI Nº 7.492/86, ARTS. 4º, 16 E 22, PARÁGRAFO ÚNICO. CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO. LEI Nº 9.613/98, ART. 1º, VI E VII C/C ARTIGO 1º, § 1º, II C/C ARTIGO 1º, § 2º, II C/C ARTIGO 1º, § 4º. CONEXÃO HÁBIL A FIXAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO PREVENTO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO VERIFICADA. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA QUE PREJUDICA A ANÁLISE DA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INOCORRÊNCIA DA INÉPCIA DA DENÚNCIA. COMPATIBILIDADE ENTRE OS CRIMES DOS

**HC 106.074 / PR**

ARTIGOS 4º E 16 DA LEI 7.492/86. INADMISSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA. 1. A conexão probatória impõe a reunião das ações penais para julgamento simultâneo, máxime quando se trata de delitos financeiros apurados em determinado juízo de onde emanam informações de negócios cruzados entre as empresas envolvidas. **2. É cediço na Corte, verbis: "HABEAS CORPUS. COMPETÊNCIA. JUÍZO PREVENTO. EXISTÊNCIA DE CONEXÃO. APLICAÇÃO DO ART. 72 DO CPP. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. ORDEM DENEGADA. 1. A questão discutida nos autos do presente habeas corpus diz respeito à competência por prevenção do Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba – PR para o julgamento de ação penal proposta contra o paciente. 2. A competência para julgamento das ações penais referentes ao 'Caso Banestado' foi fixada no Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba – PR, especializada em crimes financeiros. Por esse motivo, a ação penal contra o paciente foi distribuída por dependência àquele Juízo. 3. Percebe-se dos autos a existência de conexão entre as condutas imputadas ao paciente e os crimes investigados nos inquéritos policiais e ações penais instaurados em decorrência do 'Caso Banestado'. 4. Por ocasião do oferecimento da denúncia contra o paciente, o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção de Curitiba – PR já estava preventivo para as causas referentes ao 'Caso Banestado'. Com efeito, correta a distribuição por prevenção para aquele Juízo. 5. A prevenção não é mero critério para decidir um conflito positivo entre dois juízos igualmente competentes. Ela também possui a função de impedir que se demore na propositura da ação penal, sob o pretexto de não se saber qual o juízo competente. 6. Quando já existente um Juízo preventivo, não se aplica a regra do art. 72 do Código de Penal. 7. No presente writ, a impetração não alega ou comprova, em nenhum momento, a ocorrência de algum prejuízo causado ao paciente**

**HC 106.074 / PR**

em decorrência da fixação da competência do Juízo Federal de Curitiba. 8. A alegação de nulidade, relativa ou absoluta, deve ser acompanhada da demonstração de prejuízo, o que não ocorreu na espécie. Precedentes. 9. Writ denegado”. (HC 103510/PR, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, SEGUNDA TURMA, DJe 29/10/2009). 3. A decisão de exceção de incompetência relativa que rejeita a alegada incompetência do juízo, declarando-o competente ao afirmar a conexão hábil a manter o feito sob sua jurisdição, torna a matéria preclusa, mercê de eventual nulidade quanto ao critério territorial ser relativa. [...] (HC 93368, rel. min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ de 25/8/2011)

*HABEAS CORPUS. COMPETÊNCIA. JUÍZO PREVENTO. EXISTÊNCIA DE CONEXÃO. APLICAÇÃO DO ART. 72 DO CPP. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. ORDEM DENEGADA.* 1. A questão discutida nos autos do presente habeas corpus diz respeito à competência por prevenção do Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba – PR para o julgamento de ação penal proposta contra o paciente. 2. **A competência para julgamento das ações penais referentes ao “Caso Banestado” foi fixada no Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba – PR, especializada em crimes financeiros. Por esse motivo, a ação penal contra o paciente foi distribuída por dependência àquele Juízo.** 3. **Percebe-se dos autos a existência de conexão entre as condutas imputadas ao paciente e os crimes investigados nos inquéritos policiais e ações penais instaurados em decorrência do “Caso Banestado”.** 4. Por ocasião do oferecimento da denúncia contra o paciente, o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção de Curitiba – PR já estava preventivo para as causas referentes ao “Caso Banestado”. Com efeito, correta a distribuição por prevenção para aquele Juízo. 5. A prevenção não é mero critério para decidir um conflito positivo entre dois juízos igualmente competentes. Ela também possui a função de impedir que se demore na

**HC 106.074 / PR**

propositura da ação penal, sob o pretexto de não se saber qual o juízo competente. 6. **Quando já existente um Juízo prevento, não se aplica a regra do art. 72 do Código de Processo Penal.** 7. No presente writ, a impetração não alega ou comprova, em nenhum momento, a ocorrência de algum prejuízo causado ao paciente em decorrência da fixação da competência do Juízo Federal de Curitiba. 8. A alegação de nulidade, relativa ou absoluta, deve ser acompanhada da demonstração de prejuízo, o que não ocorreu na espécie. Precedentes. 9. Writ denegado." (HC 103510/PR, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, SEGUNDA TURMA, DJe 29/10/2009)  
(grifos adicionados)

A esta altura, assentar, quanto aos fatos, conclusão diversa da assentada em três graus de jurisdição – pelo Juízo excepcionado, pelo TRF/4ª Região e pelo STJ – demandaria revolver o conjunto fático-probatório a fim de assentar que estes não teriam ocorrido em território paranaense ou que não haveria conexão, o que é inviável nesta via estreita. Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO E LAVAGEM DE DINHEIRO. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA, ILEGALIDADE DOS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS E FALTA DE JUSTA CAUSA. TRANCAMENTO. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO EXISTENTE NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL: IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS INDEFERIDO. 1. **Inviável, nos limites do habeas corpus, a apreciação das alegações dos Impetrantes, no sentido de que a) o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba-PR seria incompetente para processar e julgar a ação penal;** b) a denúncia seria inepta; c) não haveria justa causa para a ação penal; e d) os procedimentos de investigação seriam inconstitucionais e ilegais, em razão de que essas questões demandariam exame profundo do conjunto probatório existente nos autos da ação



**HC 106.074 / PR**

penal, ainda em formação. 2. A alegada inépcia da denúncia e a falta de justa causa, assertivas jurídicas apresentadas pelos Impetrantes, não infirmam a inquestionável validade do ato impugnado. 3. Não se pode trancar a ação penal, quando descritos, na denúncia, comportamentos típicos, ou seja, quando factíveis e manifestos os indícios de autoria e materialidade delitivas. Precedentes. 4. O exame da alegada inocência do Paciente não se coaduna com a via processual eleita, sendo essa análise reservada aos processos de conhecimento, nos quais a dilação probatória tem espaço garantido, na forma constitucionalmente assegurada. 5. Habeas corpus indeferido. (HC 91158/PR, Rel. Ministra CÁRMEN LÚCIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 31/10/2007)  
(grifo adicionado)

Além disso, a competência territorial é relativa, prorrogando-se caso não seja ajuizada exceção de incompetência. Nesse sentido é a doutrina sobre o tema, *in verbis*:

Já a competência relativa, ou territorial, é aquela que, como é intuitivo, pode ser flexibilizada ou, de modo mais simples, *relativizada*, dependendo do exame concreto de determinada relação processual e do interesse das partes envolvidas. (Eugênio Pacelli de Oliveira, Curso de Processo Penal, 9. ed., Lumen Juris, Rio de Janeiro: 2008, p. 221) – grifo adicionado

Por isso que é cediço na Corte que *“a decisão de exceção de incompetência relativa que rejeita a alegada incompetência do juízo, declarando-o competente ao afirmar a conexão hábil a manter o feito sob sua jurisdição, torna a matéria preclusa, mercê de eventual nulidade quanto ao critério territorial ser relativa. [...]”* (HC 93368, rel. min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJ de 25/8/2011).

Ora, ajuizada a exceção de incompetência, e julgada esta

**HC 106.074 / PR**

improcedente, forçoso é concluir-se no sentido de que a matéria encontra-se preclusa.

Ademais, passo a examinar, tal como o fez o Ilustre Relator, Ministro Marco Aurélio, o alcance da afirmativa do Juízo de Curitiba que, criticando o colega de São Paulo, consignou:

A decisão do Juízo Federal de São Paulo é de todo lamentável, pois afigura-se muito mais razoável que a investigação se desenvolva no domicílio do titular da conta. Ademais, sequer se tem conhecimento preciso se o numerário que alimentou a referida conta teria partido somente de agências bancárias em Foz do Iguaçu.

De todo modo, entende este Juízo que seria algo irresponsável suscitar conflito de competência no presente caso tendo em vista que esta é relativa e o incidente agora só beneficiaria o eventual criminoso. (fl. 247)

Ora, potencializar esta afirmação implicaria determinar que o Juízo de Curitiba suscitasse o conflito de competência que, por envolver Juízes vinculados a tribunais diversos (o de São Paulo ao TRF/3ª e o de Curitiba ao TRF/4ª), seria dirimido pelo STJ, o mesmo que já apreciou a questão em recurso ordinário e assentou a competência da 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR. Assim, também esta questão encontra-se superada.

*Ex Positis*, DENEGO a ordem pleiteada.

**25/10/2011**

**PRIMEIRA TURMA**

**HABEAS CORPUS 106.074 PARANÁ**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Vossa Excelência me permite?

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Claro.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Tivemos desencontros quanto à fixação da competência. O caso é aquele em que o inquérito foi reemitido para São Paulo, domicílio dos acusados, e, então, o Juízo o devolveu à origem. Na origem, em Curitiba, consignou-se o seguinte, que é muito sintomático:

Este inquérito é produto dessas investigações, revelando que a empresa mantinha conta corrente de número tal, na agência do Banestado, em Nova York, havendo o registro de movimentações bancárias expressivas no ano de 1996 e também no ano de 1997.

Vem um trecho que achei até que o Juízo discrepou do campo alusivo à ética maior, ele que seria o competente:

“A decisão do juízo federal de São Paulo, para onde o inquérito havia sido remetido, é de todo lamentável, pois afigura-se mais razoável” – porque não se definiu a prática de atos em Foz do Iguaçu – “que a investigação se desenvolva no domicílio do titular da conta. Ademais sequer se tem conhecimento preciso se o numerário que alimentou a referida conta” – lá em Nova York – “teria partido somente de agências bancárias em Foz do Iguaçu. De todo modo” – aí, sim, eu, por exemplo, lá, com o espírito irrequieto que tenho, teria insistido na incompetência da Vara –, “entende este juízo que seria algo irresponsável” – não penso assim, porque se paga um preço por se viver em um Estado democrático de direito, e é a observância

**HC 106074 / PR**

às regras estabelecidas –“ suscitar conflito de competência no presente caso, tendo em vista que esta é relativa, e o incidente agora só beneficiaria o eventual criminoso.

Em síntese, o Juízo de...

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Foi uma crítica ao Colega.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – Foi uma crítica.

O Juízo de Curitiba, onde os autos do inquérito ou o processo da ação penal – penso que são autos de inquérito – vão permanecer, entende que competente seria mesmo o Juízo de São Paulo, para o qual fora remetido anteriormente os autos, não suscitando o conflito. Mas mantenho o voto.

25/10/2011

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 106.074 PARANÁ**

DEBATE

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Eu não vi realmente nenhuma teratologia ou ilegalidade nesse acórdão do Superior Tribunal de Justiça, e que até tem essa parte, o item II é bem claro.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – É caso para o ministro Dias Toffoli pedir vista.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Eu vou pedir vista.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - É, vale a pena.

Diz aqui:

*Uma vez que a exordial acusatória imputa à recorrente a prática de operações de câmbio, remessa de divisa ao exterior por meio de ...*

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – Ou seja, dificilmente o Juízo de Curitiba se dirá incompetente, e os autos vão permanecer com ele.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Não, eu estou falando o STJ. Não, eu digo o seguinte: ainda que houvesse citação de conflito de competência entre o juízo de São Paulo e o juízo de Curitiba, o STJ ia dizer que a competência é da 3ª Vara Criminal de Curitiba, porque foi isso o que o STJ decidiu.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)** – Mas, a esta altura, a visão do Superior Tribunal de Justiça está suplantada. Deve

**HC 106074 / PR**

prevalecer a do Supremo.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Bom, não exatamente, se nós decidirmos aqui.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 106.074**

PROCED. : PARANÁ

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

PACTE.(S) : MARIA REGINA ZANFORLIN HUNGRIA

IMPTE.(S) : RICARDO FERNANDES BERENGUER E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Após o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator, que concedia a ordem de *habeas corpus*, pediu vista do processo o Senhor Ministro Luiz Fux. Falaram: o Dr. Damian Vilutis, pela Paciente, e a Dr<sup>a</sup>. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1<sup>a</sup> Turma, 20.9.2011.

**Decisão:** Após o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator, que concedia a ordem de *habeas corpus*, e do voto do Senhor Ministro Luiz Fux, que a denegava, pediu vista do processo o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1<sup>a</sup> Turma, 25.10.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

Carmen Lilian  
Coordenadora

08/10/2013

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 106.074 PARANÁ

**VOTO – VISTA**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Rememoro o caso para uma perfeita compreensão da controvérsia.

**Habeas corpus**, com pedido de liminar, impetrado pelos advogados Ricardo Fernandes Berenguer e Damián Vilutis em favor de Maria Regina Zanforlin Hungria, no qual apontam como autoridade coatora a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento ao RHC nº 25.163/PR, Relatora a Ministra **Laurita Vaz**, interposto naquela Corte com o mesmo objetivo ora pretendido.

Do parecer da Procuradoria-Geral da República, colho a síntese do caso, **in verbis**:

“A paciente, em comunhão de vontades com os demais denunciados, constituiu, em 1995, a empresa **offshore** COURCHEVEL INVESTMENTS INC., no ‘paraíso fiscal’ das Ilhas Virgens Britânicas, providenciando, em seguida, a abertura da conta nº 707-8, em nome da aludida empresa, junto ao BANESTADO de Nova Iorque, através da qual movimentou, no período compreendido entre 02.01.1996 e 27.03.98, a quantia de US\$ 271.479.591,98 (duzentos e setenta e um milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, quinhentos e noventa e um dólares americanos, e noventa e oito centavos). Com base no Inquérito Policial nº 207/98 DPA.A/FI/PR, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra a paciente, imputando-lhe a prática dos crimes tipificados no art. 4º, caput, (gestão fraudulenta de instituição financeira) e no art. 22, parágrafo único (evasão de divisas e manutenção, no exterior, de depósitos não declarados à repartição federal competente), ambos da Lei nº 7.492/86, bem assim no art. 1º, incisos VI e VII, da Lei nº 9.613/98, c.c os §§ 1º, inciso II; 2º, inciso II; e 4º, do mesmo dispositivo (lavagem de capitais).

3. O inquérito foi instaurado a partir do desmembramento



**HC 106074 / PR**

do IPL nº 207/98, no qual foi elaborado o laudo pericial nº 675/02, que apontou milhares de movimentações financeiras. Diante da inviabilidade de processamento conjunto, não obstante a conexão entre os fatos, e diante do enorme número de investigados, foi determinada a separação dos processos pelo Juízo da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, o que gerou a instauração de 136 inquéritos policiais. Após, foi declinada a competência à Subseção Judiciária de Curitiba tendo em vista que dentre os fatos investigados, o delito mais grave era a gestão fraudulenta, que teria se consumado na sede da matriz da instituição financeira Banestado, localizada naquela Capital. Os autos foram distribuídos à 1ª Vara Criminal de Curitiba. Após, os autos foram encaminhados pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de Curitiba à Subseção de São Paulo/SP, domicílio dos representantes legais da empresa investigada, diante da incerteza quanto ao local da consumação do crime contra o sistema financeiro nacional. Aquele Juízo entendeu que a suposta evasão de divisas ocorrera em instituições financeiras e agências de câmbio situadas em Foz do Iguaçu e determinou a devolução dos autos à Subseção Judiciária de Curitiba. Diante da especialização das varas criminais (Resolução 20/2003 – TRF4), os autos foram então redistribuídos à 2ª Vara Criminal de Curitiba. Aquele Juízo, diante dos indícios de que boa parte do numerário remetido ao exterior pela empresa Couchervel era realizado a partir de Foz do Iguaçu, reconheceu a competência para processamento do feito. Por fim, tendo em vista a resolução nº 42/2006 - TRF4 os autos foram redistribuídos ao Juízo da 3ª Vara Criminal de Curitiba” (fl. 2/3 do anexo 11).

Ao fundamento de ser incompetente o Juízo da 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR, impetrou-se ordem de **habeas corpus** ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a qual foi denegada, em julgado assim ementado:

“PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS.

**HC 106074 / PR**

COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. VARA DE CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO E LAVAGEM DE DINHEIRO. NULIDADE. AUSÊNCIA. ESPECIALIZAÇÃO DE VARAS FEDERAIS. CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES.

1. Tendo em conta os elementos colhidos na investigação no sentido de que várias remessas internacionais de dinheiro partiram de contas CC-5 mantidas no Brasil (Foz do Iguaçu) onde situada uma das filiais da empresa, a competência nesse caso define-se pelo lugar em que foi praticado o último ato de execução em território nacional, nos expressos termos do art. 70, § 1º, do CPP. 2. A par disso, afigurando-se a conexão dos ilícitos em tela com outros fatos em apuração sob a jurisdição paranaense, é competente para o exame da ação penal a 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba, especializada no processo e julgamento dos referidos delitos, não havendo falar em nulidade do feito. 3. Restou pacificada a jurisprudência desta Corte, corroborada recentemente pelo STF, no sentido de ser constitucional a especialização das Varas Federais Criminais” (fl. 37 do anexo 8).

Daí a interposição ao Superior Tribunal de Justiça do RHC nº 25.163/PR. Contudo, ao recurso negou provimento a Quinta Turma, pelos seguintes fundamentos:

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIMES DE QUADRILHA, LAVAGEM DE DINHEIRO E CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. COMPETÊNCIA ESTABELECIDA EM RAZÃO DO LOCAL DA INFRAÇÃO. CONEXÃO PROBATÓRIA. POSTERIOR REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO À VARA ESPECIALIZADA. LEGALIDADE. FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA PELO DOMICÍLIO DA RECORRENTE. DESCABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A competência em processo penal é determinada pelo lugar em que se consumou o crime e, quando iniciada a

**HC 106074 / PR**

execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, como no caso, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.

2. Uma vez que a exordial acusatória imputa à Recorrente a prática de operações de câmbio e remessas de divisas ao exterior irregulares por meio de instituições financeiras sediadas em Foz do Iguaçu, a competência para o processamento e julgamento do feito, inclusive diante de reconhecida conexão probatória, é do MM. Juízo da 3.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal de Curitiba/PR, especializada em crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro na Seção Judiciária do Paraná.

3. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

4. Recurso desprovido” (fl. 1 do anexo 2).

Em linhas gerais, sustentam os impetrantes a incompetência do Juízo da 3.<sup>a</sup> Vara Criminal Federal de Curitiba/PR para processar e julgar o paciente, alegando ser impossível se fixar o local da consumação dos delitos no país. Aduzem, para tanto, que,

“ao contrário do afirmado no r. acórdão atacado, as operações descritas na inicial envolvem fatos praticados em todo o território nacional e no estrangeiro, e não apenas no Estado do Paraná. Por esse motivo, inviável a adoção da regra geral prevista no art. 70, § 1º do Código de Processo Penal, até porque o Ministério Público Federal não se preocupou em descrever, como exige a Lei, as supostas condutas ilícitas com todas as suas circunstâncias” (fl. 18 da inicial).

Nesse contexto, considerando o que prescreve o art. 72 do Código de Processo Penal, aduzem que a competência haveria de ser fixada considerando-se o domicílio da paciente, ou seja, a competência deveria ser da Subseção Judiciária de São Paulo. Em reforço argumentativo, argumentam, **in verbis**, que:

**HC 106074 / PR**

“(…)

A empresa Courchevel é estabelecida nas Ilhas Virgens Britânicas e, segundo a Acusação, movimentou uma conta corrente mantida na agência do BANESTADO na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos da América. De acordo com a denúncia, – ainda que não tenha a acusação logrado êxito em demonstrar a exata localização dos supostos atos tidos como delituosos – na mencionada conta corrente ingressaram recursos referente às empresas Tupi Câmbios, de Campinas – SP; Blue Carbo, de Fortaleza – CE; do Grupo Rural de Belo Horizonte – MG (fls. 29 da ação penal), além de diversas outras operações com empresas sediadas em outros estados e países.

Diante desse quadro, mostra-se no mínimo temerário pinçar um trecho da inicial para fixar a competência, dizendo-se que as operações ocorreram na cidade de Foz do Iguaçu” (fls. 18/19 da inicial).

Afirmam, ainda, que,

“não sendo viável definir, com a precisão necessária, o local em que teriam sido praticados os atos delituosos, e não sendo o caso de fixação da competência pelo domicílio dos acusados, mostra-se de rigor a adoção do critério qualitativo para a fixação da competência, nos termos do disposto no artigo 78, II, a, do Código de Processo Penal - [local em que praticado o delito mais grave]” (fl. 22 da inicial).

Nesse passo,

“acaso se considere que houve a suposta prática do delito de gestão fraudulenta, a única instituição financeira referida na inicial acusatória é a Invest Sul DTVM, sendo de rigor o reconhecimento da competência da seção judiciária de São Paulo, uma vez que, como a própria acusação reconhece, referida instituição era ‘**sediada em São Paulo**’ (fls. 15 da ação penal)” (fl. 25 da inicial).

**HC 106074 / PR**

Mais adiante, defendem a impossibilidade de fixação da competência, na espécie, em razão da conexão probatória com o caso BANESTADO (art. 76, inc. III, do Código Penal). Escoram-se os impetrantes no indigitado critério qualitativo, tendo em vista que

“o suposto crime mais grave – gestão fraudulenta de instituição financeira – somente poderia ter ocorrido, de acordo com as pretensões do Ministério Público Federal, na cidade de São Paulo, onde sediada a Invest Sul DTVM e grande parte dos acusados. Dessa forma, ainda que se reconheça eventual conexão probatória, o que se admite unicamente por dever de ofício, o juízo competente seria exatamente o de São Paulo” (fls. 28/29 da inicial).

Por fim, mencionam que o princípio da celeridade processual seria atendido com a fixação da competência em razão do domicílio da paciente.

Pleiteiam a concessão da ordem

“para que seja determinada a redistribuição do processo guerreado de acordo com as normas do artigo 72 e 78, III, a, do Código de Processo Penal, o que fará com que o presente feito seja encaminhado à Subseção Judiciária de São Paulo, anulando-se, com isso, todos os atos praticados pelo d. Juízo incompetente” (fl. 33 da inicial).

O Ministério Público Federal, pelo parecer do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. **Edson Oliveira de Almeida**, opinou pela denegação da ordem.

Em sessão desta Primeira Turma, o ilustre Relator, Ministro **Marco Aurélio**, votou pela concessão de ordem para restabelecer a competência da Circunscrição Judiciária Federal de São Paulo, tendo pedido vista dos autos o eminente Ministro **Luiz Fux**, que, inaugurando a divergência, votou pela denegação da ordem, oportunidade em que pedi vista dos

**HC 106074 / PR**

autos para fazer uma análise aprofundada da questão.

É o breve relatório.

Começo por dizer que, em nosso ordenamento, como regra geral, a competência é definida pelo lugar da infração consumada ou tentada, considerando-se o último ato praticado. É o que prescreve a regra do art. 70, **caput**, do Código de Processo Penal:

“Art. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.”

Por outro, na falta de conhecimento do local onde se consumou a infração, o nosso sistema processual versa sobre um o critério subsidiário para a fixação da competência. Cuida-se, na espécie, do foro supletivo (competência pelo domicílio ou residência do réu), prescrito no art. 72 do referido **Codex** Processual. Confira-se:

“Art. 72. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

§ 1º Se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pela prevenção.

§ 2º Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.”

Fixada essas premissas, ressalto que, não obstante as ponderações do eminente Relator, Ministro **Marco Aurélio**, que o levaram à concessão da ordem, meu voto espelha o entendimento preconizado pelo eminente Ministro **Luiz Fux**. Vejamos.

Ao julgar improcedente a exceção de competência ajuizada pela defesa, o Juízo da 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR, na parte que interessa, consignou, **in verbis**, o seguinte:

“(…)

**HC 106074 / PR**

No caso 'sub judice', a denúncia relata que os acusados **geririam, de forma fraudulenta**, consideradas as devidas culpabilidades em função dos seus graus de atuação, **a offshore Couchevel Investments Inc, com sede no exterior**. Em razão disso, os excipientes postulam a remessa dos autos à Justiça Federal de São Paulo, domicílio dos acusados, em razão da consumação do delito ter ocorrido no exterior.

Contudo, em exame perfunctório da exordial acusatória, verifica-se que alguns dos atos, em tese, irregulares operações com cambio e promoção de remessas de divisas ao exterior, além de mantê-las ilegalmente no estrangeiro foram perpetrados na filial da Invest Sul DTVM, que controla a Couchevel Investments Inc, localizada em Foz do Iguaçu. A propósito, veja-se o seguinte trecho da denúncia: '(...) Cumpre ressaltar que outras investigações realizadas, bem como a análise detida nos autos, demonstram que a Couchevel em todo o tempo foi controlada e gerida pelo Grupo Invest Sul DTVM, sob orientação e com a participação dos denunciados, conforme se passa a expor.(...).

(...)Além de outras transações financeiras em que constam como ordenantes a própria Invest Sul, que aparece em inúmeras delas com a designação 'INVEST SUL FOZ', conforme discriminativo a segui [sic] anexa a título exemplificativo. Isso demonstra que a filial de Foz do Iguaçu, gerenciada pelo denunciado Roberto Klein, teve ampla participação no esquema delituoso aqui narrado, valendo-se das peculiaridades da região fronteira para captação de clientela e consequente prática dos crimes descritos na presente denúncia.(...)'.

Assim, considerando que alguns dos atos de gestão fraudulenta a que se refere a denúncia foram praticados no âmbito da filial da Invest Sul de Foz do Iguaçu/PR, este Juízo Federal é competente para julgamento dos fatos investigados. Em tal espécie delituosa, a competência não há de ser fixada necessariamente pelo local da sede da empresa, pois os atos que a caracterizam podem ser praticados em local diverso, como o foram no caso concreto. Com efeito, não haveria sentido em

**HC 106074 / PR**

processar a ação penal em local absolutamente desvinculado daquele onde o fato ilícito foi perpetrado e gerou seus efeitos. Trata-se de mera aplicação da norma inscrita no art. 70 do CPP, segunda a qual a competência jurisdicional é determinada, no âmbito penal, como regra, pelo lugar da infração (...)” (fls. 18/19 do anexo 4 – grifos conforme o original).

Por sua vez, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao denegar o **writ** ali impetrado, ressaltou que,

“(...) [s]endo os depósitos, em tese irregulares, mantidos em contas no exterior e uma das filiais da empresa gerida pelos acusados – Invest Sul Distribuidora – localizada em Foz do Iguaçu (fl. 328) nesse caso aplica-se o comando expresso no referido § 1º do art. 70 do Diploma Processual Penal (...).

(...)

**In casu**, a denúncia, informa que, a partir das investigações realizadas na agência do Banestado em Nova York verificou-se que inúmeros depósitos direcionados à COURCHEVEL Investments Inc., partiram das Contas CC-5 no Brasil (Foz do Iguaçu) em nome de várias Casas de Câmbio.

(...)

A par disso, com base na documentação apreendida, revelou-se a existência de operações financeiras pela INVESTUL gerida por alguns dos acusados, que teriam sido executadas na área territorial das Varas Criminais de Curitiba (...)” (fls. 7/48 do anexo 8).

Em seu voto, a Ministra **Laurita Vaz** ressaltou os seguintes aspectos:

“(...)

Em regra, a competência em processo penal é determinada pelo lugar em que se consumou o crime. Contudo, quando iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.



**HC 106074 / PR**

No caso, as operações de câmbio e as remessas de divisas ao exterior, em tese irregulares, como bem esclareceram as informações prestadas pelo Juízo da 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba, consoante a exordial acusatória ‘foram perpetrados na filial da Invest Sul DTVM, que controla a Couchervel Investments Inc, localizada em Foz do Iguaçu’ (fl. 54).

(...)

(...) a Corte Federal **a quo** manteve a competência fixada pelo local onde foi praticado o último ato de execução no território nacional, prevalente nos termos do art. 69, inciso I do Código de Processo Penal, bem como diante da conexão probatória com outros ilícitos apurados pela Justiça Federal paranaense.

Ora, diante dos elementos dos autos no sentido de que a conduta apurada na ação penal restou viabilizada através de instituições financeiras sediadas em Foz do Iguaçu, de fato, compete à Seção Judiciária do Paraná o processamento e julgamento do feito.

Lembre-se que inexistente constrangimento ilegal pela remessa do feito ao MM. Juízo da 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR, uma vez que a existência de Vara Federal especializada para o julgamento dos crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de capital fixa a competência em razão da matéria”.

À luz desses elementos, conforme bem explicitado, verifica-se que parte dos fatos imputados na exordial acusatória teriam sido perpetrados na filial da **Invest Sul DTVM**, controladora da **Couchervel Investments Inc.**, localizada em Foz do Iguaçu, o que, a meu ver, justifica a competência do Juízo 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR, especializada no processo e no julgamento dos crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro.

Ainda que assim não fosse, elementos constantes dos autos indicam a existência de conexão probatória com o caso “Banestado”. Aliás, da

**HC 106074 / PR**

própria denúncia colhe-se os seguintes elementos:

“(…)

Os fatos narrados nesta parte da denúncia são decorrentes das investigações realizadas no Inquérito Policial nº 207/98-DPA.A/FI/PR, posteriormente desmembrados, em que foi realizada a análise da documentação bancária arredada nos arquivos da Agência do Banco do Estado do Paraná em Nova Iorque.

Do exame de tais documentos resultou a elaboração do Laudo Pericial nº 675/02-INC/DPF-DF, em que se constatou a existência de 137 (centro e trinta e sete) contas corretes paras as quais foram remetidas igualmente vultuosas quantias, em gigantesco esquema de evasão de divisas.

Dentro essas 137 contas, averiguou-se a existência da **conta corrente nº 707-8**, mantida na extinta agência do BANESTADO/NY, de titularidade da ‘offshore’ **COURCHEVEL INVESTEMENTS INC**, sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, conhecido “Paraíso Fiscal” (fls. 4/5 do anexo 3 – grifos do autor).

Nesse ponto, vale resgatar a decisão pela qual Juízo da 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR julgou improcedente a exceção de competência ajuizada pela defesa:

“(…)

Acrescento ainda que, no caso, há liame instrumental, a amparar a manutenção, por ora, do feito sob este Juízo.

Como reza o CPP no art. 76, III, a competência será estabelecida em razão da conexão quando o conjunto probatório de uma infração for determinante na prova de outra. Nestes casos, tratando-se de jurisdições de mesma categoria, será firmada segundo o lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave (art. 78, II, a) e não sendo possível determinar, pelo critério da prevenção (art. 78, II, c).

Compulsando os autos, verifica-se que, de fato, o

**HC 106074 / PR**

Ministério Público, ainda na fase inquisitorial, manifestou-se pela remessa dos autos ao Juízo de São Paulo/SP, considerando incerto o lugar das infrações, competente seria o foro do domicílio dos acusados.

No entanto, os fatos investigados na ação penal são decorrentes do desmembramento das investigações realizadas no caso Banestado, no qual constatou-se a existência de 137 contas correntes para as quais foram remetidas ilegalmente vultosas quantias, em esquema de evasão de divisas. Dentre essas 137 contas, averiguou-se a conta mantida na agência do Banestado Nova Iorque, de titularidade da offshore Couchevel Investments Inc.

Devido à apuração dos fatos denunciados na ação penal ter sido realizada em decorrência do IPL nº 2003.70.00.030333-4 instaurado neste Estado, que tramitou perante a 2ª Vara Federal Criminal desta Capital, bem como de alguns fatos conexos já terem sido denunciados naquele Juízo, em conformidade com o disposto no artigo 76 do CPP competente esse Juízo para o julgamento dos fatos investigados” (fl. 19/20 do anexo 4).

Ressalto que, em caso semelhante, julgado não há muito tempo por esta Primeira Turma, acompanhei o denso voto que proferiu o seu relator. Refiro-me ao HC nº 93.368/PR, de relatoria do eminente Ministro **Luiz Fux**, no qual a Turma, enfrentando a questão, assentou que a conexão probatória com o denominado caso “Banestado” justificaria a competência do Juízo especializado de Curitiba/PR. Confira-se a ementa daquele julgado:

“PENAL E PROCESSO PENAL. **HABEAS CORPUS**. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. LEI Nº 7.492/86, ARTS. 4º, 16 E 22, PARÁGRAFO ÚNICO. CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO. LEI Nº 9.613/98, ART. 1º, VI E VII C/C ARTIGO 1º, § 1º, II C/C ARTIGO 1º, § 2º, II C/C ARTIGO 1º, § 4º. CONEXÃO HÁBIL A FIXAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO PREVENTO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO VERIFICADA. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA QUE

**HC 106074 / PR**

PREJUDICA A ANÁLISE DA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INOCORRÊNCIA DA INÉPCIA DA DENÚNCIA. COMPATIBILIDADE ENTRE OS CRIMES DOS ARTIGOS 4º E 16 DA LEI 7.492/86. INADMISSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA. 1. A conexão probatória impõe a reunião das ações penais para julgamento simultâneo, máxime quando se trata de delitos financeiros apurados em determinado juízo de onde emanam informações de negócios cruzados entre as empresas envolvidas. 2. É cediço na Corte, **verbis: 'HABEAS CORPUS. COMPETÊNCIA. JUÍZO PREVENTO. EXISTÊNCIA DE CONEXÃO. APLICAÇÃO DO ART. 72 DO CPP. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. ORDEM DENEGADA.** 1. A questão discutida nos autos do presente habeas corpus diz respeito à competência por prevenção do Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba – PR para o julgamento de ação penal proposta contra o paciente. 2. A competência para julgamento das ações penais referentes ao 'Caso Banestado' foi fixada no Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba – PR, especializada em crimes financeiros. Por esse motivo, a ação penal contra o paciente foi distribuída por dependência àquele Juízo. 3. Percebe-se dos autos a existência de conexão entre as condutas imputadas ao paciente e os crimes investigados nos inquéritos policiais e ações penais instaurados em decorrência do 'Caso Banestado'. 4. Por ocasião do oferecimento da denúncia contra o paciente, o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal da Subseção de Curitiba – PR já estava preventivo para as causas referentes ao 'Caso Banestado'. Com efeito, correta a distribuição por prevenção para aquele Juízo. 5. A prevenção não é mero critério para decidir um conflito positivo entre dois juízos igualmente competentes. Ela também possui a função de impedir que se demore na propositura da ação penal, sob o pretexto de não se saber qual o juízo competente. 6. Quando já existente um Juízo preventivo, não se aplica a regra do art. 72 do Código de Penal. 7. No presente

**HC 106074 / PR**

**writ**, a impetração não alega ou comprova, em nenhum momento, a ocorrência de algum prejuízo causado ao paciente em decorrência da fixação da competência do Juízo Federal de Curitiba. 8. A alegação de nulidade, relativa ou absoluta, deve ser acompanhada da demonstração de prejuízo, o que não ocorreu na espécie. Precedentes. 9. **Writ** denegado”. (HC 103510/PR, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, SEGUNDA TURMA, DJe 29/10/2009). 3. A decisão de exceção de incompetência relativa que rejeita a alegada incompetência do juízo, declarando-o competente ao afirmar a conexão hábil a manter o feito sob sua jurisdição, torna a matéria preclusa, mercê de eventual nulidade quanto ao critério territorial ser relativa. 4. A denúncia que descreve minuciosamente fatos que se subsumem ao disposto no art. 1º, VI, da Lei 9.613/98, qual seja, o crime contra o sistema financeiro nacional, não é inepta, porquanto traz a narrativa dos crimes antecedentes. Para a instauração da ação penal ou para o ato de recebimento da denúncia, não se faz necessária a certeza quanto aos crimes antecedentes. 5. O processo e julgamento do crime de lavagem de dinheiro é regido pelo Princípio da Autonomia, não se exigindo, para que a denúncia que imputa ao réu o delito de lavagem de dinheiro seja considerada apta, prova concreta da ocorrência de uma das infrações penais exaustivamente previstas nos incisos I a VIII do art. 1º do referido diploma legal, bastando a existência de elementos indiciários de que o capital lavado tenha origem em algumas das condutas ali previstas. 6. A autonomia do crime de lavagem de dinheiro viabiliza inclusive a condenação, independente da existência de processo pelo crime antecedente. 7. É o que dispõe o artigo 2º, II, e § 1º, da Lei nº 9.613/98: ‘O processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei: II - independem do processo e julgamento dos crimes antecedentes referidos no artigo anterior, ainda que praticados em outro país; § 1º A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência do crime antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor daquele crime.’ 8. A

**HC 106074 / PR**

doutrina do tema assenta: ‘Da própria redação do dispositivo depreende-se que é suficiente a demonstração de indícios da existência do crime antecedente, sendo desnecessária a indicação da sua autoria. Portanto, a autoria ignorada ou desconhecida do crime antecedente não constitui óbice ao ajuizamento da ação pelo crime de lavagem. (...) Na verdade, a palavra ‘indício’ usada na Lei de Lavagem representa uma prova dotada de eficácia persuasiva atenuada (prova semiplena), não sendo apta, por si só, a estabelecer a verdade de um fato, ou seja, no momento do recebimento da denúncia, é necessário um início de prova que indique a probabilidade de que os bens, direitos ou valores ocultados sejam provenientes, direta ou indiretamente, de um dos crimes antecedentes. Não é necessário descrever pormenorizadamente a conduta delituosa relativa ao crime antecedente, que pode inclusive sequer ser objeto desse processo (art. 2º, II, da Lei 9.613/98), mas se afigura indispensável ao menos a sua descrição resumida, evitando-se eventual argüição de inépcia da peça acusatória, ou até mesmo trancamento da ação penal por meio de habeas corpus. (...) De se ver que, no momento do recebimento da denúncia, a lei exige indícios suficientes, e não uma certeza absoluta quanto à existência do crime antecedente’ (in Luiz Flávio Gomes - Legislação Criminal Especial, Coordenador Luiz Flávio Gomes e Rogério Sanches Cunha, Lavagem ou Ocultação de Bens – Renato Brasileiro, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 588/590). 9. **In casu**, o acórdão do Superior Tribunal de Justiça observou que a ausência de justa causa que justificaria o trancamento da ação penal seria aquela que evidenciasse clara causa extintiva de punibilidade ou fato narrado atípico, **verbis**: “O fato de não estar, de imediato e cabalmente comprovada a ocultação de valores, não indica a impossibilidade de manutenção da ação penal, sobretudo por estarem presentes indícios fortes da ocorrência criminosa. O trancamento da ação penal só é cabível quando evidente está uma causa extintiva da punibilidade, o fato narrado é atípico e ressalta aos olhos, de plano, a ausência de justa causa para o seu prosseguimento, o

**HC 106074 / PR**

que não se pode, na hipótese dos autos, se verificar sem aprofundamento na prova, situação totalmente incompatível com o **writ**. É notório que a vultuosa quantia transacionada internacionalmente é presumidamente de origem ilícita, posto que, se não fosse, não haveria a necessidade de se recorrer a tal caminho obscuro. Diante disto, entendendo que a denúncia atacada contém os elementos necessários exigidos em lei, descreve fato típico, há aparentes indícios de autoria e da existência do delito imputado ao paciente, logo, não se justifica o pleiteado trancamento da ação penal.' 10. A jurisprudência do E. STF é assente no sentido de que a superveniência de sentença condenatória torna precluso o argumento de ausência de justa causa. Precedentes (HC 102730, Relatora: Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 08/02/2011, DJe-071 DIVULG 13-04-2011 PUBLIC 14-04-2011 EMENT VOL-02503-02 PP-00169; RHC 86535, Relator: Min. CEZAR PELUSO, Segunda Turma, julgado em 15/12/2009, DJe-027 DIVULG 11-02-2010 PUBLIC 12-02-2010 EMENT VOL-02389-01 PP-00071 LEXSTF v. 32, n. 374, 2010, p. 272-279). 11. Deveras, as condutas previstas nos artigos 4º e 16 da Lei nº 7.492/86 não se mostram incompatíveis quando imputáveis ao mesmo acusado, uma vez que gerir fraudulentamente se encarta na seara da má gestão da instituição, enquanto fazer operar sem a devida autorização diz respeito ao funcionamento irregular (Art. 4º Gerir fraudulentamente instituição financeira: Pena - Reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos, e multa; Art. 16. Fazer operar, sem a devida autorização, ou com autorização obtida mediante declaração (Vetado) falsa, instituição financeira, inclusive de distribuição de valores mobiliários ou de câmbio: Pena - Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa). 12. Consoante a doutrina do tema, as expressões legais 'gestão fraudulenta' (art. 4º) e 'fazer operar, sem a devida autorização, ou com autorização obtida mediante declaração falsa' (art. 16) não se confundem. 'A gestão fraudulenta caracteriza-se pela ilicitude dos atos praticados pelos responsáveis pela gestão empresarial, exteriorizada por manobras ardilosas e pela prática consciente

**HC 106074 / PR**

de fraudes' (in Mantecca, Paschoal - Crimes contra a Economia Popular e Sua Repressão. São Paulo, Saraiva, 1985, p.41). 13. O termo 'fazer operar, sem a devida autorização, ou com autorização obtida mediante declaração falsa' visa coibir atividade não autorizada ou cuja permissão adveio do fornecimento à autoridade competente de documentação não autêntica para a finalidade. O art. 16 não se preocupa com a qualidade da gestão da instituição, como o faz o art. 4º da Lei 7.492/86. 14. Os tipos penais dos artigos 4º e 16 não são incompatíveis, porquanto podem ser praticados em concurso formal, vale dizer, podem configurar-se com apenas uma conduta do agente, conforme doutrina do tema, **verbis**: 'Em minha posição o delito tanto poderá ocorrer em instituição financeira regular, autorizada, quanto naquela que funciona sem autorização (TRF4, HC 20060400006062-0/PR, Néli Cordeiro, 7ª T., u., 4.4.06; STJ, HC 19.909/PR, Jane Silva [Conv.], 5ª T., u., 13.11.07), caso em que haverá concurso formal com o delito do art. 16. A interpretação contrária, ao argumento de que o art. 4º está dirigido somente a instituições regulares, acaba por deixar aquele que atua irregularmente em situação privilegiada.' (BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Crimes Federais. 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. p. 334-335) 15. Consoante dispõe o art. 1º, I, da Lei nº 7.492/86, o legislador pretendeu ampliar a incidência da lei especial penal, **verbis**: 'Art. 1º Considera-se instituição financeira, para efeito desta lei, a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários. Parágrafo único. Equipara-se à instituição financeira: I - a pessoa jurídica que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros; II - a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas neste artigo, ainda que de forma eventual.', por isso que não há



**HC 106074 / PR**

de se fazer distinção entre instituições regulares ou irregulares, para fins de subsunção ao tipo penal, porquanto a proteção deve recair sobre a lisura, a correção e a honestidade das operações atribuídas e realizadas pelas instituições financeiras e equiparadas, sendo o bem jurídico tutelado a credibilidade das instituições de crédito e a proteção ao Erário. 16. A doutrina do tema assenta: 'O inciso II deixa patente que, mesmo que de forma eventual ou esporádica, a pessoa natural que desempenhe quaisquer das atividades dispostas no art. 1º desta Lei será considerada instituição financeira para os fins criminais' (in Luiz Flávio Gomes - Legislação Criminal Especial, Coordenador Luiz Flávio Gomes e Rogério Sanches Cunha, Sistema Financeiro – Adel El Tasse, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 915). 17. No caso em tela, o tribunal a quo: 'Ao tomar dinheiro, ao fazer câmbio ou depósitos em instituição com aparência de regular, pensa o cidadão estar acobertado pelo Sistema Financeiro Nacional e merece a devida proteção. Ninguém pede ao banco que entra, ou ao consórcio, ou à firma de câmbio, provas da regularidade no sistema financeiro nacional. O dano que vier a sofrer, é dano de ente do sistema financeiro nacional – ainda que de forma irregular'. 18. O Superior Tribunal de Justiça no mesmo sentido entendeu não haver contradição na denúncia que imputa ao acusado o crime de fazer operar instituição financeira sem autorização, com o de gestão fraudulenta: 'Trata-se, portanto, de um conceito amplo, que não cuida da regularidade da operação da instituição, não existindo, assim, vedação para que a instituição financeira irregular seja gerida fraudulentamente, conforme narra o artigo 4º, da referida lei. Deste modo, penso que a gerência fraudulenta de instituição não guarda necessária relação com a sua autorização para funcionar, razão pela qual, é possível concluir que uma instituição financeira, corretamente autorizada, seja gerida fraudulentamente ou não e, do mesmo modo, também é possível que o crime do artigo 4º ocorra com a instituição não autorizada ou indevidamente autorizada. Esta também pode, apesar desta irregularidade, ser gerida sem

**HC 106074 / PR**

fraude, isto é, sem a ocorrência do crime de gestão fraudulenta. Portanto, não há qualquer vínculo entre os crimes, nem mesmo a possibilidade de uma conduta ser abrangida pela outra. Trata-se de uma questão polêmica, que não encontra base jurisprudencial e sequer, doutrinária. Assim, o recomendável é o prosseguimento da ação penal, com a possibilidade de melhor discussão da matéria fora da sede de **habeas corpus**, que tem rito célere'. 19. O trancamento da ação penal por meio da via estreita do remédio constitucional consiste em medida excepcional, mercê da análise dos elementos de convicção acerca das circunstâncias avaliadas negativamente na sentença condenatória não é compatível com a via estreita do habeas corpus, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. 20. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é assente no sentido de que, **verbis**: '1. Inviável, nos limites do habeas corpus, a apreciação das alegações dos Impetrantes, no sentido de que a) o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba-PR seria incompetente para processar e julgar a ação penal; b) a denúncia seria inepta; c) não haveria justa causa para a ação penal; e d) os procedimentos de investigação seriam inconstitucionais e ilegais, em razão de que essas questões demandariam exame profundo do conjunto probatório existente nos autos da ação penal, ainda em formação. 2. A alegada inépcia da denúncia e a falta de justa causa, assertivas jurídicas apresentadas pelos Impetrantes, não infirmam a inquestionável validade do ato impugnado. 3. Não se pode trancar a ação penal, quando descritos, na denúncia, comportamentos típicos, ou seja, quando factíveis e manifestos os indícios de autoria e materialidade delitivas. Precedentes. 4. O exame da alegada inocência do Paciente não se coaduna com a via processual eleita, sendo essa análise reservada aos processos de conhecimento, nos quais a dilação probatória tem espaço garantido, na forma constitucionalmente. 5. **Habeas corpus** indeferido.' (HC 91158/PR, Rel. Ministra CÁRMEN LÚCIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 31/10/2007). 21. Demais precedentes

**HC 106074 / PR**

da Corte: HC 91158/PR, Rel. Ministra CÁRMEN LÚCIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 31/10/2007; HC 100.228/SP, Rel. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, PRIMEIRA TURMA, DJe 05/02/2010; HC 95156/AM, Rel. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, PRIMEIRA TURMA, DJe 20/11/2009; RHC 101358/RJ, Rel. Ministra ELLEN GRACIE, SEGUNDA TURMA, DJe 10/09/2010; HC 92844/DF, Rel. Ministro JOAQUIM BARBOSA, SEGUNDA TURMA, DJe 19/12/2008. 22. Parecer do parquet pela denegação da ordem: **'HABEAS CORPUS. PEDIDO DE LIMINAR. LAVAGEM DE DINHEIRO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INCOMPATIBILIDADE ENTRE OS CRIMES DOS ARTS. 4º E 16 DA LEI Nº 7.492/86. COMPETÊNCIA. CONEXÃO. COAÇÃO ILEGAL AUSENTE.** - Não é inepta a denúncia que evidencia de forma clara e precisa os fatos típicos imputados aos pacientes, lastreando-se em suporte probatório apto a ensejar a viabilidade da ação penal e o exercício da ampla defesa. - O liame entre as provas discutidas em um processo e aquelas pertencentes a outros processos que tramitam em determinado juízo torna-o competente para o processamento e julgamento dos feitos relacionados. - Não há incompatibilidade entre os arts. 4º e 16 da Lei nº 7.492/86, pois inexiste exigência legal de que a gestão fraudulenta se dê em instituição financeira regularmente constituída. - Parecer pelo não conhecimento do **writ**, no tocante ao paciente absolvido, e pela denegação da ordem, com relação ao outro'. 23. Ordem denegada" (DJe de 25/8/11).

Ademais, na linha de precedente (HC nº 91.158/PR, Primeira Turma, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 31/10/07), comungo do entendimento preconizado pelo Ministro **Luiz Fux** no sentido de que,

"a esta altura, assentar, quanto aos fatos, conclusão diversa da assentada em três graus de jurisdição pelo Juízo excepcionado, pelo TRF/4ª Região e pelo STJ demandaria

**HC 106074 / PR**

revolver o conjunto fático-probatório a fim de assentar que estes não teriam ocorrido em território paranaense ou que não haveria conexão, o que é inviável nesta via estreita”.

De qualquer modo, não vislumbrei, em nenhum momento, a ocorrência de prejuízo causado à paciente em decorrência da fixação da competência do Juízo Federal de Curitiba. Nesse contexto, inegável a incidência do magistério jurisprudencial da Corte de que “a alegação de nulidade, relativa ou absoluta, deve ser acompanhada da demonstração de prejuízo, o que não ocorreu na espécie” (HC nº 103.510/PR, Segunda Turma, Relatora a Ministra **Ellen Gracie**, DJe 17/12/10).

Por tudo quanto exposto, mantendo-me coerente com o posicionamento anteriormente externado, com a **venia** do eminente Relator, acompanho a divergência e denego a ordem.

É como voto.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 106.074**

PROCED. : PARANÁ

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. LUIZ FUX

PACTE.(S) : MARIA REGINA ZANFORLIN HUNGRIA

IMPTE.(S) : RICARDO FERNANDES BERENGUER E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Após o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator, que concedia a ordem de *habeas corpus*, pediu vista do processo o Senhor Ministro Luiz Fux. Falaram: o Dr. Damian Vilutis, pela Paciente, e a Dr<sup>a</sup>. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1<sup>a</sup> Turma, 20.9.2011.

**Decisão:** Após o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator, que concedia a ordem de *habeas corpus*, e do voto do Senhor Ministro Luiz Fux, que a denegava, pediu vista do processo o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1<sup>a</sup> Turma, 25.10.2011.

**Decisão:** Por maioria de votos, a Turma denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Senhor Ministro Luiz Fux, Redator para o acórdão e Presidente, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator. Fará juntada de voto o Senhor Ministro Dias Toffoli. Não participaram, justificadamente, deste julgamento, a Senhora Ministra Rosa Weber e o Senhor Ministro Roberto Barroso. 1<sup>a</sup> Turma, 8.10.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli, Rosa Weber e Roberto Barroso.

Subprocuradora-Geral da República, Dr<sup>a</sup> Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma